

ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: BREVE ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA

António Quivuilá Mambo¹
<https://orcid.org/0009-0005-5854-5614>

Recebido: 29.01.2025
Aceito: 27.06.2025
Publicado: 08.07.2025

RESUMO

Nos últimos anos o ensino superior em Angola tem gradualmente experimentado mudanças nos seus principais objectivos, dando desde já a perceber que, se outrora a preocupação era maximizar e diversificar a oferta formativa, hoje a atenção tem sido fomentar a qualidade. É neste contexto que o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) submeteu as Instituições de Ensino Superior (IES) à avaliação externa para se aferir os níveis de qualidade existente. É compreensível que diferentes factores podem afectar o desempenho de casa IES, de modo particular, e de cada sector, num sentido mais abrangente. Este trabalho tem por objectivo analisar estatisticamente os resultados do processo de avaliação externa dos cursos de medicina e ciências da saúde. A investigação focou-se em dois momentos cruciais: estudo da base legal e análise estatística dos dados secundários inerentes aos resultados da avaliação externa dos cursos de ciências da saúde, feita através do teste não paramétrico U de Mann-Whitney. O resultado indica que existe diferença no desempenho das IES do sector público em comparação com o sector privado, sendo o privado mais eficaz, com o valor p de 0,036. Conclui-se que o sector privado tende a ter melhor desempenho que o sector público e que as políticas de financiamento podem contribuir para a performance das IES.

Palavras-chave: Ensino Superior, Sector Público, Sector Privado, Avaliação Externa.

Educación superior en Angola: breve análisis comparativo de los resultados de la evaluación externa

RESUMEN

En los últimos años, la educación superior en Angola ha experimentado cambios graduales en sus principales objetivos, lo que demuestra que, si bien antes la preocupación era maximizar y diversificar la oferta formativa, hoy el foco está puesto en la promoción de la calidad. En este contexto, el Instituto Nacional de Evaluación, Acreditación y Reconocimiento de Estudios de Educación Superior (INAAREES) sometió a las Instituciones de Educación Superior (IES) a una evaluación externa para evaluar los niveles de calidad existentes. Es comprensible que diferentes factores puedan afectar el desempeño de cada IES, de forma particular, y de cada sector, en un sentido más amplio. Este trabajo tiene como objetivo analizar estadísticamente los resultados del proceso de evaluación externa de los cursos de medicina y ciencias de la salud. La investigación se centró en dos momentos cruciales: el estudio de la base legal y el análisis estadístico de datos secundarios inherentes a los resultados de la evaluación externa de los cursos de ciencias de la salud, realizado mediante la prueba no paramétrica U de Mann-Whitney. El resultado indica que existe una diferencia en el desempeño de las IES del sector público en comparación con el sector privado, siendo este último más efectivo, con un valor p de 0,036. Se concluye que el sector privado tiende a tener un mejor desempeño que el sector público y que las políticas de financiación pueden contribuir al desempeño de las IES.

Palabras clave: Educación Superior, Sector Público, Sector Privado, Evaluación Externa.

Higher education in Angola: brief comparative analysis of the results of the external evaluation

ABSTRACT

In recent years higher education in Angola has gradually experienced changes in its main objectives, realizing that, if once the concern was to maximize and diversify the training offer, today the attention has been to promote quality. It is in this context that the National Institute for Evaluation, Accreditation and Recognition of Higher Education Studies (INAAREES) submitted Higher Education Institutions (HEIs) to external evaluation to assess the existing quality levels. It is understandable that different factors can affect the performance of the HEIs and of each sector, in a broader sense. This work aims to statistically analyze the results of the external evaluation process of medical

¹ Faculdade de Medicina da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, sita na Cidade do Lubango, Centralidade da Quilemba, Bloco X, Província da Huíla, Angola. mamboapocalipse10@gmail.com

and health sciences courses. The research followed two crucial moments: the study of the legal basis and the statistical analysis of secondary data regarding the results of the external evaluation of health sciences courses, made through the nonparametric Mann-Whitney U test. The result indicates that there is a difference in the performance of public sector HEIs compared to the private sector, with the private sector being more effective, with a p-value of 0.036. It is concluded that the private sector tends to perform better than the public sector and that financing policies can contribute to the performance of HEIs.

Keywords: Higher Education, Public Sector, Private Sector, External Evaluation.

Introdução

As IES angolanas estão sujeitas a avaliação para se aferir o nível de qualidade do desempenho institucional e dos cursos que ministram. De acordo com Anderson (2006) o despontar da qualidade expressou que as universidades devem demonstrar que estão a oferecer ensino e investigação de qualidade e que se preocupam com a melhoria constante da instituição.

A avaliação institucional tem merecido particular atenção do Governo Angolano (Mendes, 2014). A base legal composta dentre outros pelo Decreto Presidencial nº 203/18, de 30 de Agosto, sobre o Regime Jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das IES; pelo Decreto Executivo nº 108/20, de 9 de Março, referente ao Regulamento do Processo de Auto-Avaliação de Cursos e/ou Programas e IES; pelo Decreto Executivo nº 109/20, de 10 de Março, sobre o Regulamento do Processo de Avaliação Externa e Acreditação de Cursos e/ou Programas e IES e pelo Decreto Executivo nº 148/24, de 6 de Agosto, sobre a Alteração do Regulamento que Estabelece o Processo de Avaliação Externa e Acreditação das IES e dos respectivos Cursos, é bastante actual e contempla as directivas para o processo de avaliação das IES públicas, público-privadas e privadas.

Os interesses do estado muitas das vezes diferem do privado; o primeiro tem prioritariamente nas suas atribuições a satisfação das necessidades colectivas, enquanto que o segundo está essencialmente focado no capital e na sua maximização. Buza et al. (2022); Minto (2018) afirmam que no ensino superior a perspectiva não é diferente, tendo em conta que o privado vê o sector como negócio viável e que gera retorno financeiro.

Estudos em torno da sector público e privado são de longa data (Marginson, 2007). Em Angola as IES privadas são em maior número que as IES públicas (Buza et al., 2022). Este sector conheceu um crescimento exponencial, partindo de 12 IES legalmente criadas e em funcionamento em 2009, para 69 em 2023, enquanto que o sector público contava apenas com 32 IES no mesmo ano (Tomé, 2024). Naturalmente, a excessiva procura, por um lado, e a insuficiência da oferta pública, por outro, criaram o contexto ideal para negócio. Essa premissa deixa subjacente a ideia de que as IES privadas encontraram condições para a concretização dos objectivos económicos que prosseguem.

Existem diferenças significativas entre o sector público e o sector privado no ensino superior, e se constata que o sector privado está se tornado cada vez mais diversificado e influente (Altbach et al., 2021; Beamer, 2011).

De acordo com Buckner (2017) existem 3 critérios que são frequentemente usados para distinguir o sector público do privado no ensino superior, designadamente:

1. Propriedade legal (ou seja, propriedade estatal ou não estatal).
2. Financiamento (por exemplo, subsídios governamentais ou mensalidades estudantis).
3. Contribuição para a sociedade (ou seja, bem público *versus* retornos privados).

No tocante à propriedade, o artigo 25.º do Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de Dezembro, sobre o Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior, refere que as IES públicas integram a administração indirecta do Estado, enquanto que as IES privadas estão vinculadas à pessoa colectiva de direito privado que é promotora da sua criação e responsável pela sua organização e funcionamento.

Sobre o financiamento, é atribuição do Estado Angolano financiar a criação, o funcionamento e o desenvolvimento das IES públicas, tal como faz alusão a alínea n) do artigo 17.º do Decreto supracitado.

Se as IES públicas contam com o financiamento do estado, as privadas se autofinanciam para garantir o seu funcionamento. Altbach et al. (2021) reconhecem que o estado, responsável pelo sector público, tem limitações financeiras, que muitas vezes o conduz a diferentes medidas de austeridade, enquanto que o sector privado tem autonomia financeira. A questão do financiamento tem sido um grande desafio para os governos, sobretudo os africanos (Joaquim, 2023). Em 2021, o Governo Angolano implementou nas IES públicas a propina, como forma de os estudantes participarem nos custos do ensino, tal como consta no Decreto Presidencial n.º 124/20, de 4 de Maio, referente ao Regulamento sobre Propinas, Taxas e Emolumentos nas Instituições Públicas de Ensino Superior.

O decreto enunciado fixa o valor da propina nas IES públicas que, desde a data não sofreu alteração. Por outro lado, o valor da propina das IES privadas obedece o regime de preços vigiados, nos termos do n.º 3, do artigo 99.º da Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, sobre o Sistema de Educação e Ensino.

Nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 206/11, de 29 de Julho, referente às Bases Gerais para a Organização do Sistema Nacional de Preços, a determinação do preço contempla entre outros elementos o custo do serviço e a margem de lucro. Esses elementos permitem deduzir que o preço da propina praticado pelas IES privadas é suficiente para cobrir os custos com um ensino de qualidade e ainda gerar lucros para a entidade promotora.

Em relação a contribuição para a sociedade, Cury (2018) refere que existe um antagonismo entre sector público e o sector privado no âmbito do ensino. Na sociedade capitalista o interesse privado está focado na criação, aumento e acumulo de capital, o que ocorre dentro e fora do contexto estatal, enquanto que o estado é visto como um espaço da satisfação das necessidades colectivas ou o interesse público (Minto, 2018).

Não obstante às diferenças enunciadas, ambos sectores devem prestar serviços de qualidade através da observância de padrões elevados de qualidade científica, técnica e cultural e na promoção do sucesso, da excelência, do mérito e da inovação, nos domínios do ensino, da investigação científica e da participação no desenvolvimento do país e estão igualmente obrigadas a submeterem-se à avaliação da aludida qualidade, como vem referido nos artigos 12.º e 15.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, sobre o Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior.

Quanto ao desempenho dos dois sectores, Adrião & Peroni (2009) referem que tendencialmente o sector privado é apresentado como o mais eficaz e eficiente. Tal referência respalda o pensamento ora enunciado que o sector privado obtém através da sua principal fonte de financiamento (propinas pagas pelos estudantes) recursos financeiros para que os seus cursos atendam aos padrões de qualidade legalmente instituídos.

O INAAREES (2022) apresenta 11 indicadores para se avaliar o desempenho das IES, nomeadamente: 1) missão e plano de desenvolvimento institucional; 2) gestão; 3) currículos; 4) corpo docente; 5) corpo discente; 6) pessoal técnico e administrativo; 7) investigação; 8) extensão; 9) intercâmbio; 10) infra-estruturas e 11) cumprimento da legislação em vigor. Observa-se que algumas acções são mais fáceis de serem implementadas no sector privado do que no público, porquanto este último segue a princípios burocráticos, muitos dos quais envolvem mais de um ministério para a sua efectivação; um exemplo típico é o da contratação de docentes que, apesar de ser uma necessidade expressa do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, carece do parecer do Ministério das Finanças.

O desempenho encontra-se escalonado em 4 níveis, com uma pontuação que vai de 0 a 100%, onde a pontuação acima dos 60% confere a acreditação do curso.

Em 2023 o INAAREES deu início ao processo de avaliação dos cursos de medicina e ciências da saúde a fim de aferir os seus níveis de qualidade em relação aos padrões institucionalizados, isto na sequência das auto-avaliações que os cursos alvo espoletaram nos termos dos regulamentos próprios, com realce para os Decretos Executivos n.º 108/20, de 9 de Março e o n.º 109/20, de 10

de Março, o qual culminou com a publicação dos resultados da primeira e segunda fase deste processo.

Tabela 1.

Níveis de desempenho e acreditação

Nível	Desempenho	Pontuação	Sugestão de metas para as IES
D	Não satisfatório	0 – 59%	Acção urgente/não acreditada/pode encerrar
C	Satisfatório com muitas reservas	60 – 79%	Acreditada condicionalmente válido por 2 anos
B	Bom	80 – 89%	Acreditada condicionalmente válido por 3 anos
A	Excelente	90 – 100%	Acreditada plenamente válido por 5 anos

Note: Adaptado de INAAREES, 2022

Face às diferenças notadas em distintos contextos entre os sectores público e privado, a pesquisa tem por objectivo comparar o sector público com o privado do ensino superior em Angola, com foco na análise estatísticas dos resultados do processo de avaliação externa dos cursos de medicina e ciências da saúde.

Assim, o presente trabalho tem na sua estrutura 4 partes: (1) parte introdutória, que apresenta o contexto da pesquisa, os antecedentes, fazendo referência a estudos, a legislação vigente inerente ao tema em abordagem e faz igualmente uma análise aos estudos realizados neste campo e espelha o objectivo da pesquisa; (2) metodologia, que versa sobre os procedimentos metodológicos, os dados e sobre o programa usado no tratamento dos dados; (3) análise e discussão dos resultados, contemplando o teste estatístico realizado e a sequente interpretação com base nos antecedentes e por fim (4) a conclusão.

Metodologia

A pesquisa segue o método estatístico, o qual, segundo Marconi & Lakatos (2017) busca comprovar a relação entre fenómenos, através da redução dos fenómenos em termos quantitativos e manipulação estatística.

Foram observados dois momentos: o de revisão da literatura (Gil, 2008), dedicada a compulsar o quadro legal a fim identificar as diferenças salientes presentes na lei que contribuem para a caracterização de cada um dos sectores. O segundo momento foi reservado à análise estatística dos dados secundários respeitantes aos resultados da 1ª fase² e 2ª fase³ da avaliação dos cursos de ciências da saúde, os quais foram publicados no portal do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. O mesmo Ministério⁴ cita que a 1ª fase de avaliação externa decorreu em Outubro de 2023 e a 2ª de 11 a 14 de Junho de 2024. Nos termos do nº 1 do artigo 18.º do Decreto Executivo nº 109/20, de 10 de Março, a avaliação externa é uma acção periódica que deve ser realizada em cada ciclo de formação. Os ciclos de formação dos cursos de medicina duram 6 anos e dos outros cursos, em geral, duram 5 anos.

A análise estatística referida, feita com recurso ao programa estatístico Jamovi, versão 2.3.38, contempla a comparação das medianas do sector público com a do sector privado, através do teste

² Disponível em: <[Consulte os Relatórios Finais de Avaliação Externas das 9 IES avaliadas pelo INAAREES \(1ª Fase\) \(ciencia.ao\)](#)>. Acesso a 4 de Setembro de 2024.

³ Disponível em: <[INAAREES divulga os resultados da 2ª Fase Processo de Avaliação Externa e Acreditação do Ensino Superior - Cursos de Ciências da Saúde \(ciencia.ao\)](#)>. Acesso a 4 de Setembro de 2024.

⁴ Disponível em: <https://mescti.gov.ao/web/noticias/inaarees-divulga-resultados-do-processo-de-avaliacao-externa-e-acreditacao-do-ensino-superior>>. Acesso a 26 de Junho de 2025.

não paramétrico U de Mann-Whitney, com um intervalo de confiança de 95%, por ser o mais comum que a literatura refere (Patino & Ferreira, 2015).

A escolha do teste não paramétrico ora enunciado, justifica-se pela diferença considerável entre nos objectos de análise - o número de cursos do sector privado é muito superior ao do sector público e também não foi observado o pressuposto da normalidade (Frost, 2020).

Resultados e discussão

Os dados secundários analisados compreendem um total 136 cursos de ciências da saúde, dos quais 28 são de IES públicas e 108 de IES privadas. As diferentes IES avaliadas pelo INAAREES estão localizadas em doze Províncias do território nacional.

Tabela 2.

Estatística Descritiva

	Sector	D
Mediana	Privado	59,5
	Público	51,5

A tabela 2 apresenta a medida de tendência central mediana, calculada para a realização do teste escolhido em função das características dos dados do estudo.

Tabela 3.

Teste U de Mann-Whitney para amostras independentes

Resultado	U de Mann-Whitney	Estatística	p
		1121	0,036

Nota. $H_a \mu_{Privado} \neq \mu_{Público}$

Note: Elaboração do autor

O resultado da análise comparativa da pontuação dos cursos de ciências da saúde do sector público com a do sector privado, permite observar que os cursos do sector privado tiveram um desempenho satisfatório com muitas reservas (Mediana = 59,5) em comparação com o sector público (Mediana = 51,5), correspondente a um desempenho não satisfatório. O valor de p é 0,036 e é estatisticamente significativo.

A análise estatística indica que o sector privado tende a ter melhor desempenho que o sector público, como referido por (Adrião & Peroni, 2009). As diferenças enunciadas por Buckner (2017), com maior ênfase para o financiamento, revelam-se pertinentes para a concretização dos objectivos do ensino superior com um nível de qualidade no mínimo bom, porquanto um plano estratégico bem idealizado, dificilmente se implementa se não tiver um orçamento correspondente. Tal facto também é observado por Beamer (2011), que aponta para a existência de diferenças substanciais nos dois sectores, as quais acabam por afectar os seus orçamentos e, conseqüentemente, o seu desempenho.

Os mecanismos de financiamento são relevantes para os resultados esperados do ensino (Joaquim, 2023). A base legal para a determinação do preço da propina do sector privado induz ao pensamento que essa fonte de financiamento assegura receitas para fazer face as expensas que as IES deste sector incorrem a fim de fornecerem um ensino de qualidade, o que não se observa linearmente do lado do sector público, que muitas das vezes implementa medidas de austeridade para lidar com a escassez de recursos. (Altbach et al., 2021) referem que o sector privado ao assumir o ensino como negócio, é mais eficiente que o sector público, por exercer melhor controlo sobre a sua estrutura de custos e desenvolver maior domínio sobre a respectiva gestão. Essa prerrogativa coloca o sector privado numa posição de gerar desigualdade, tendo em conta que pode proporcionar educação de boa qualidade para atender áreas mais lucrativas que os estudantes podem pagar e o inverso pode igualmente ocorrer (Schwartzman, 2002). Outro facto importante

é a avaliação que os estudantes fazem em relação aos dois sectores; os estudos de Laurisz & Sanak-Kosmowska (2022) concluíram que os do sector privado avaliam a qualidade deste sector como mais elevada que a do privado.

Finalmente, observa-se que o financiamento não é o único determinante do desempenho dos cursos das IES. Caseiro (2024) refere que aspectos como as infraestruturas e os equipamentos são notáveis e influenciam o resultado. Apesar da consideração do autor, não se pode deixar de constatar que, com um financiamento suficiente, as instituições conseguem adquirir as infraestruturas e equipamentos necessários. Não muito diferente destes aspectos, está a investigação, que é um indicador obrigatório e decisivo para a qualidade, como aponta o INAAREES (2022), cujo estudo de Samussone et al. (2024), evidenciou a associação do franco desempenho deste indicador com a insuficiência de financiamento nas instituições.

Conclusão

O processo de avaliação dos cursos de ciências da saúde das IES é bem recente e extremamente relevante para garantir que as actividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelas instituições atendam os padrões de qualidade legalmente estabelecido. Sem padrões de qualidade, é inevitável afirmar-se que os resultados da formação não de reflectir-se nas vidas profissionais dos estudantes e egressados.

O presente trabalho teve por objectivo analisar estatisticamente os resultados das duas fases dos processos de avaliações realizadas pelo INAAREES aos cursos de ciências da saúde e para a concretização deste objectivo, foram observadas duas fases, a primeira que passou por compulsar a legislação referente ao regime jurídico das IES em Angola e a segunda que consistiu na análise estatística dos dados secundários, com recurso ao teste U de Mann-Whitney.

Os resultados evidenciaram que existe uma relação entre o sector e o desempenho, sendo que o ensino superior privado tende a ter melhor desempenho de qualidade comparativamente ao público. Outro aspecto abordado é que o financiamento pode afectar o desempenho e que o sector privado encontra melhor oportunidade de financiamento por conta das políticas institucionalizadas.

Os resultados da pesquisa se aplicam num contexto em que são avaliados os 11 indicadores determinados pelo INAAREES, que é a instituição responsável pela avaliação da qualidade das IES e apresenta limitações na análise e interpretação, por conta das características dos dados secundários analisados, que não enunciam quais as pontuações por cada indicador que contaram para a avaliação final. Em razão disto, sugere-se alguma prudência na generalização dos resultados apresentados.

A principal limitação deste estudo está relacionada a falta de análise de dados puramente quantitativos, tais como: orçamento/financiamento, número de docentes por grau académico; número de publicações científicas, de projectos de investigação e extensão de laboratórios e de bibliografia existente nas bibliotecas.

Por fim e de forma a complementar o presente estudo, seria interessante apreciar os orçamentos/financiamentos das diferentes IES e respectivos órgãos dependentes, a fim de se analisar como este está orientado a responder as necessidades de cada indicador de desempenho.

Referências

- Adrião, T., & Peroni, V. M. V. (2009). A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Retratos da Escola*, 3(4). <https://doi.org/10.22420/rde.v3i4.105>
- Altbach, P., Wit, H. de, & Woldegiyorgis, A. (2021). Public vs. Private participation in higher education: realities and debates. *UNESCO*, 1–29.
- Anderson, G. (2006). Assuring quality/resisting quality assurance: academics' responses to 'quality' in some Australian universities. *Quality in Higher Education*, 12(2), 161–173. <https://doi.org/10.1080/13538320600916767>

- Beamer, S. A. (2011). Private vs. Public higher education budgeting. *Planning for Higher Education*, 40(1), 7–11.
- Buckner, E. (2017). The worldwide growth of private higher education: cross-national patterns of higher education institution foundings by sector. *Sociology of Education*, 90(4), 296–314. <https://doi.org/10.1177/0038040717739613>
- Buza, A. G., Leher, R., & Canga, J. L. (2022). O público e o privado diante da mercantilização da educação em Angola. *Revista Trabalho Necessário*, 20(42), Artigo 42. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53498>
- Caseiro, J. P. C. (2024). Avaliação da qualidade do ensino superior português: uma visão sobre o panorama atual. *Revista Educação e Emancipação*, 79–99. <https://doi.org/10.18764/2358-4319v17n2.2024.19>
- Cury, C. R. J. (2018). Do público e do privado na constituição de 1988 e nas leis educacionais. *Educação & Sociedade*, 39(145), Artigo 145. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018206229>
- Decreto Executivo nº 108/20, de 9 de Março, referente ao Regulamento do Processo de Auto-Avaliação de Cursos e/ou Programas e IES
- Decreto Executivo nº 109/20, de 10 de Março, sobre o Regulamento do Processo de Avaliação Externa e Acreditação de Cursos e/ou Programas e IES
- Decreto Executivo nº 148/24, de 6 de Agosto, sobre a Alteração do Regulamento que Estabelece o Processo de Avaliação Externa e Acreditação das IES e dos respectivos Cursos
- Decreto Presidencial nº 124/20, de 4 de Maio, referente ao Regulamento sobre Propinas, Taxas e Emolumentos nas Instituições Públicas de Ensino Superior
- Decreto Presidencial nº 203/18, de 30 de Agosto, sobre o Regime Jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das IES
- Decreto Presidencial nº 206/11, de 29 de Julho, referente às Bases Gerais para a Organização do Sistema Nacional de Preços
- Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de Dezembro, sobre o Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior
- Frost, J. (2020). Introduction to statistics: an intuitive guide for analyzing data and unlocking discoveries. Statistics By Jim Publishing.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª). Atlas.
- INAAREES. (2022). *Manual de avaliação externa de cursos e/ou programas* (1.ª ed.). Damer Gráficas, S.A.
- Joaquim, J. A. (2023). Do financiamento público ao financiamento privado: reflexões sobre as reformas no financiamento do ensino superior em África. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, 13(11), 1-18. <https://doi.org/10.22491/2236-5907129916>
- Laurisz, N., & Sanak-Kosmowska, K. (2022). Differences in perceptions of the quality of education and employment effectiveness of schools in a non-skills-focused education system. *Journal of Public Governance*, 61(3), Artigo 3. <https://doi.org/10.15678/PG.2022.61.3.04>
- Lei nº 32/20, de 12 de Agosto, sobre o Sistema de Educação e Ensino.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8ª). Atlas.
- Marginson, S. (2007). The public/private divide in higher education: a global revision. *Higher Education*, 53(3), 307–333.
- Mendes, M. (2014). A avaliação institucional no ensino superior em Angola como mecanismo de gestão da qualidade: tendências e lógicas subjacentes. *A AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: MODALIDADES E TENDÊNCIAS*. 4ª Conferência da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Luanda. [4.ª Conferência FORGES – EVENTOS FORGES](#)

- Minto, L. W. (2018). Educação superior no PNE (2014-2024): Apontamentos sobre as relações público-privadas. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230011. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230011>
- Patino, C. M., & Ferreira, J. C. (2015). Confidence intervals: A useful statistical tool to estimate effect sizes in the real world. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 41, 565–566. <https://doi.org/10.1590/S1806-37562015000000314>
- Samussone, L. B., Lauriano, N. G., & Silveira, S. de F. R. (2024). Avaliação da qualidade do ensino superior em Moçambique: perspectivas e desafios para um ensino tecnológico e inovador. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, 10(jan./dez.), Artigo jan. /dez. <https://doi.org/10.31417/educitec.v10.2322>
- Schwartzman, S. (2002). Public and private higher education in comparative perspective. *Human Sciences Research Council*. Understanding Private Higher Education in South Africa, Human Sciences Research Council.
- Tomé, J. (2024). Garantia da qualidade no ensino superior em Angola: percurso, desafios do presente e do futuro, e o papel das instituições de ensino superior nesse processo. *AMBIENTE, ECONOMIA AZUL E EDUCAÇÃO*. XXXII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, São Tomé e Príncipe. <https://doi.org/10.31492/978-989-8271-22-8.ATAS2023>